

SUMÁRIO

Notas à 2ª edição	5
Introdução	7

PRIMEIRA PARTE A FILOSOFIA DO DIREITO

1. A filosofia	23
1.1. O que é a filosofia?	23
1.2. Filosofia e ciência	26
1.3. Divisão atual da filosofia	32
1.3.1. Teoria do conhecimento	33
1.3.2. Teoria dos valores	38
1.3.3. Metafísica	40
1.3.4. Crítica à proeminência da filosofia do conhecimento	44
1.4. Conclusões	47
2. Filosofia moral.....	49
2.1. Introdução à filosofia moral	49
2.2. Moral e ética	53
2.3. A doutrina da virtude em Kant	54
2.3.1. Ética: moral objetiva ou subjetiva	56
2.3.1.1. Subjetivismo	58
2.3.1.2. Relativismo	59
2.3.1.3. Objetivismo	60

2.3.2.	A doutrina da virtude em Kant: continuação	66
2.4.	A teoria dos valores	71
2.5.	A teoria geral dos valores de Johannes Hessen	73
2.6.	Características dos valores	76
2.7.	A moral e a justiça	80
2.8.	A metodologia dos estudos filosóficos	84
2.9.	Conclusões	88
3.	Filosofia do direito.....	89
3.1.	Teorias filosóficas e teorias jurídicas	91
3.2.	Filosofia do direito e ciência do direito	92
3.3.	Ciência e didática do direito	99
3.3.1.	As divisões da didática do direito	100
3.4.	A teoria do conhecimento jurídico	101
3.4.1.	A linguagem jurídica	102
3.4.2.	A lógica formal na filosofia do direito	105
3.5.	A teoria dos valores jurídicos	109
3.5.1.	A teoria dos valores no ensino do direito	110
3.5.2.	Moral e direito	113
3.5.3.	Objetivismo e subjetivismo ético e as doutrinas jurídicas ...	117
3.6.	Teorias e doutrinas jurídicas	120
3.7.	Conclusões	122

SEGUNDA PARTE

DIVERSAS FORMAS DE SE VER O DIREITO

4.	O que é o direito?	127
4.1.	Diversas formas de se ver o direito	127
4.2.	O direito como conjunto de normas jurídicas	131

4.2.1.	Norma jurídica e interpretação	133
4.2.2.	Norma jurídica: interpretação da legislação e da jurisprudência	140
4.2.3.	Breve tipologia das normas jurídicas	141
4.2.4.	Princípios e regras jurídicas	145
4.3.	Três teorias da interpretação	151
4.4.	As fontes do direito	157
4.4.1.	As fontes e os julgadores	159
4.5.	O direito para além das normas jurídicas	161
4.6.	Conclusões	162
5.	O direito natural	165
5.1.	As várias concepções do direito natural	165
5.2.	O direito de origem divina	166
5.3.	O direito de origem racional	170
5.4.	O direito valorado	175
5.5.	As fontes do direito natural	177
5.6.	A exigência de universalidade do direito natural	179
5.7.	A crise do direito natural	182
5.8.	Conclusões	184
6.	O direito positivo.....	185
6.1.	Introdução ao positivismo	185
6.2.	Positivismo filosófico e direito positivo	191
6.3.	A fonte do direito positivo	192
6.4.	A <i>Teoria pura</i> do direito, de Hans Kelsen	193
6.5.	Positivismo jurídico em que sentido?	197
6.6.	A crise do positivismo	200

6.6.1.	A crise de representatividade dos parlamentos	200
6.6.2.	A sustentação de regimes totalitários	201
6.7.	Conclusões	208
7.	O realismo jurídico anglo-saxão	211
7.1.	Antecedentes históricos do direito inglês	213
7.1.1.	O direito romano aplicado na Inglaterra	213
7.1.1.2.	Primórdios da história constitucional inglesa	215
7.1.1.2.1.	Um direito codificado na Inglaterra	215
7.2.	A conquista normanda	218
7.3.	Da anarquia ao <i>common law</i>	220
7.4.	A Magna Carta e suas implicações	223
7.4.1.	A Magna Carta e o princípio do devido processo legal	226
7.5.	O surgimento do Parlamento inglês	228
7.6.	O caminho da constrição ao Poder Executivo e ao Poder Legislativo	231
7.7.	<i>Stare decisis</i> e respeito aos precedentes: a sistematização do <i>common law</i>	235
7.8.	Aprofundando no realismo jurídico anglo-saxão	237
7.9.	Conclusões	244
8.	O direito no III Reich e o Processo de Nuremberg como cenário de discussão jusfilosófica	247
8.1.	O direito no III Reich	248
8.2.	A fonte do direito no nazismo	252
8.3.	O direito alemão após o III Reich	255
8.3.1.	A espoliação dos bens	258
8.3.2.	O crime de revisionismo	259
8.4.	O Tribunal de Nuremberg	259

8.4.1.	Nuremberg dentre os vários conceitos do direito	261
8.5.	A doutrina dos direitos humanos	265
8.6.	Conclusões	267
9.	Os direitos humanos.....	269
9.1.	O que são os direitos humanos?	271
9.2.	Relação dos direitos humanos com o direito natural	275
9.3.	Relação dos direitos humanos com o direito positivo	277
9.4.	Relação dos direitos humanos com o realismo jurídico	279
9.5.	Direitos humanos: a liberdade <i>versus</i> a autoridade?	280
9.6.	Neoconstitucionalismo e pós-positivismo	282
9.6.1.	Neoconstitucionalismo, direitos humanos e pós-positivismo	289
9.7.	Processos de concretização do neoconstitucionalismo, dos direitos humanos e do pós-positivismo	290
9.8.	Onde estão os valores dos direitos humanos?	291
9.9.	A universalidade dos direitos humanos	295
9.10.	A finalidade do direito	299
9.11.	Os direitos humanos na atualidade	299
9.12.	Conclusões	300

TERCEIRA PARTE O DIREITO TRIBUTÁRIO A PARTIR DA FILOSOFIA

10.	A filosofia do direito tributário.....	305
10.1.	Existe uma filosofia do direito tributário?	305
10.2.	Filosofia do direito tributário e ciência do direito tributário	310
10.3.	A didática do direito tributário	313
10.3.1.	Pressuposto provisório: tributo como centro do direito tributário	315

10.4.	Divisões da filosofia do direito tributário: considerações preliminares	316
10.5.	A teoria dos valores e o direito tributário	318
10.5.1.	Subjetivismo e objetivismo ético-tributário	320
10.6.	As correntes filosóficas e o direito tributário	323
10.6.1.	O direito natural e o direito tributário	323
10.6.2.	O direito positivo e o direito tributário	325
10.6.3.	O realismo jurídico e o direito tributário	327
10.6.3.1.	A crise do positivismo e o direito tributário	330
10.6.4.	Os direitos humanos e o direito tributário	338
10.6.4.1.	Pós-positivismo e direito tributário	342
10.7.	A ética e o direito tributário	345
10.8.	A universalidade jurídica e o direito tributário	347
10.9.	Os princípios constitucionais tributários	352
10.10.	Conclusões	357
11.	O novo direito tributário.....	361
11.1.	A liberdade como pressuposto do direito tributário	362
11.1.1.	Metodologia da teoria dos valores no direito tributário	366
11.2.	Três momentos distintos da realidade jurídico-tributária	367
11.3.	O contribuinte como centro do direito tributário	369
11.4.	Os direitos humanos e a fonte do direito tributário	371
11.5.	Os direitos humanos e a hermenêutica no direito tributário	373
11.6.	Nota explicativa sobre os próximos capítulos	376
11.7.	Conclusões	376
12.	A classificação dos tributos.....	379
12.1.	Os tributos no direito positivo	379

12.2.	As classificações dogmáticas dos tributos	382
12.3.	A classificação dos tributos a partir da filosofia do direito tributário	389
12.3.1.	A teoria do conhecimento e a classificação dos tributos	390
12.3.2.	A teoria dos valores e a classificação dos tributos	399
12.3.3.	A metafísica e a classificação dos tributos	403
12.4.	Filosofia, ciência e didática jurídica aplicadas na classificação dos tributos	403
12.4.1.	Os empréstimos compulsórios	404
12.4.2.	As contribuições	407
12.4.3.	O direito constitucional	411
12.4.4.	O direito financeiro	412
12.4.5.	A previsão da devolução, a destinação do produto da arrecadação e o direito tributário. O artigo 4º do CTN	415
12.4.6.	Análise comparativa entre o direito constitucional, o direito financeiro e o direito tributário	418
12.4.7.	Hipotética inclusão da destinação e da devolução como matérias de direito tributário	420
12.5.	A classificação dos tributos adotada pelo STF	426
12.6.	Nosso posicionamento a respeito da classificação dos tributos	429
12.7.	O IVA dual brasileiro: o IBS e a CBS	430
12.8.	Conclusões	431
13.	O princípio do não confisco tributário.....	435
13.1.	Sobre a escolha do tema	435
13.2.	A proibição de tributação com efeito de confisco	436
13.3.	Gnosiologia: juízo analítico ou sintético?	441
13.4.	Gnosiologia: tributação confiscatória <i>a priori</i> ou <i>a posteriori</i> ?	442
13.5.	A axiologia e o princípio do não confisco tributário	444
13.6.	Não confisco e capacidade contributiva	455

13.7.	As fontes do direito e o princípio da vedação ao confisco	457
13.7.1.	A legislação a respeito do não confisco tributário	458
13.7.2.	A doutrina a respeito do não confisco tributário	460
13.7.3.	A jurisprudência a respeito do não confisco tributário	482
13.8.	Breve síntese sobre o princípio do não confisco tributário	489
13.9.	Conclusões	491
Bibliografia		497
Doutrina		497
Jurisprudência		515
Legislação		516